

# O último dos moicanos

Um banco público envolvido em polêmicas. Banco Central obriga BRB a rever balanço

O banco público que patrocina o Flamengo e sócio do time em um banco digital está enfrentando problemas com o Banco Central (BC) e o pivô é o envolvimento com jogos, através da BRBCard, com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, na área de loterias. Ingrediente explosivo que inclui um dos raros bancos públicos ainda em operação, uma casa filantrópica que tem as principais concessões do jogo online em Portugal e um lançamento contábil indevido, rejeitado pelo Banco Central. Por ordem do BC, o Banco de Brasília (BRB) refez os demonstrativos financeiros de 2022 e deste ano, informa reportagem do Correio Braziliense. Segundo o jornal, houve grande impacto: no 1º trimestre de 2023, por exemplo, a instituição do DF teve prejuízo de R\$ 43,3 milhões. O buraco foi coberto por resultados de abril a junho.

■ O mais grave é que o negócio foi rejeitado pelos órgãos reguladores, mas, ainda assim, o BRB lançou a quantia em seu balanço para inflar os resultados. Nos primeiros seis meses deste ano, especificamente, as correções nos balanços do banco chegaram a R\$ 173,8 milhões, dos quais R\$ 75,8 milhões são referentes a dividendos recebidos indevidamente de uma reestruturação societária envolvendo a BRBCard e R\$ 77,5 milhões decorrentes do negócio da instituição portuguesa, na área de loterias.

■ O BRB é um banco público e tem a sua atuação principal na capital federal. O patrocínio do Flamengo reflete a paixão do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, pelo rubro-negro. Ele não perde uma partida do time, muitas vezes se desloca em jato executivo e pelo banco tem direito a um dos mais disputados camarotes no Maracanã.

■ O contrato com o Flamengo em 2023 foi de R\$ 32 milhões de pa-

trócinio master, quase a metade do lançamento indevido no balanço e revisto pelo Banco Central.

■ Os negócios com o time vão além do patrocínio. Em 19 de janeiro de 2023, o BRB comunicou a autorização do Banco Central para participação societária de um novo banco em associação com o Flamengo, o Banco Nação. Cada um dos sócios têm 50% da instituição. Tratava-se de uma formalidade porque o banco já vinha funcionando, com 3 milhões de contas. Agora, Flamengo e o BRB estão no mercado em busca de um sócio para comprar parte do banco digital e escalaram o BTG.

■ O que seria uma jogada de marketing, iniciada no primeiro governo de Ibaneis Rocha, ganhou dimensões de escândalo financeiro com a revelação do conceituado jornal Folha de São Paulo. No mesmo momento em que o BRB e o Flamengo procuram um novo sócio para seu banco digital, o jornal aponta que os torcedores do clube carioca deram um prejuízo de R\$ 455 milhões ao banco público que lhes concede empréstimos há três anos dentro da parceria Nação BRBFla. Esse valor se refere a créditos com mais de um ano de atraso e que, por determinação do BC, tiveram de ser baixados a prejuízo, mas que o banco ainda tenta receber.

■ Segundo o próprio banco no relatório, o indicador de inadimplência foi de 25,9% em junho deste ano e envolve R\$ 112 milhões — índice considerado elevado no mercado e 150% superior à inadimplência registrada pelo BRB com outras parcerias.

■ Com esse desempenho, o banco provisionou mais de 30% dessas perdas, ainda segundo o relatório. Para compensar a elevada inadimplência dos flamenguistas, a instituição financeira cobra taxas de juros mais elevadas dos torcedores.



## MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Reprodução CBF/Arena BSB



O Banco, do próprio governo do Distrito Federal, BRB, deu os naming rights do estádio Mané Garrincha. O contrato é válido de 2022 a 2024 por um total de R\$ 7,5 milhões. Com a novidade, o estádio passou a se chamar Arena BRB. É o próprio governo financiando o concessionário do espaço, que agora está de olho na concessão do Maracanã

Paulo H. Carvalho/Agência Brasília



Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha não perde um único jogo do Flamengo. O BRB, além de patrocinar o time do governador, patrocina o estádio Mané Garrincha, do próprio GDF

Reprodução



Taxa de Juros mais altas para clientes do Flamengo, devido a alta inadimplência, segundo a Folha de São Paulo

■ O presidente do BRB, o controverso Paulo Henrique Costa, funcionário de carreira da Caixa Econômica e que, recentemente, foi lembrado para presidir a instituição indicado pelo Centrão, usou a mídia flamenguista para negar a matéria da Folha de São Paulo. Afirmou que as operações do Nação BRBFla representam menos de 2% da carteira de crédito do banco, com uma inadimplência de apenas 2,01%, significativamente abaixo da média do mercado, que se situa em 3,6%. Para Paulo Henrique Costa, a matéria da Folha "foi encomendada." Só não disse por quem e nem rebateu as atitudes do Banco Central.

■ O BRB, na gestão de Costa, tem apostado nos patrocínios milionários. Ele garantiu o uso do seu nome no Estádio Mané Garrincha, que foi concessionado pelo GDF, proprietário do banco. De forma indireta, é o próprio governo que financia o sortido concessionário, que transformou o Mané em um centro de eventos e shows. É o mesmo que criou a empresa Maracanã Corp. O próprio nome já revela os seus objetivos.

■ Como banco público, o BRB pertence aos contribuintes de Brasília. Não é uma instituição privada na qual os acionistas particulares

pagam pelo seu erro. Deveria ser um banco lucrativo, destinando os dividendos ao acionista público para mais investimentos na saúde, segurança e educação. Depois da faxina dos bancos estaduais, o BRB é um raro remanescente de um universo no qual proliferou a mistura do público e privado, com nuances políticas.

■ A revisão dos lucros do BRB feita por obrigação do Banco Central tem impacto também na distribuição de bônus para os gestores. Lucro menor e remuneração menor para a equipe que está na mira do BC.

## Fernando Molica

### Vini: é preciso atuar

Já passou da hora do governo da nossa gente bronzada mostrar seu ardor no caso do Vinícius Júnior. O presidente Lula, que tanto se envolve em questões internacionais, precisa atuar de maneira firme em relação aos sucessivos episódios de racismo de espanhóis contra o brasileiro, manifestações preconceituosas e criminosas que atingem cada um de nós.

Não basta expressar indignação e solidariedade. O governo tem jogar mais pesado, fazer com que nossos diplomatas na Espanha acompanhem todas as investigações; vale usar a antiga medida de chamar ao Brasil o embaixador em Madri, uma forma de protesto que até hoje provoca estremecimento nas relações internacionais.

Cabe a Lula entrar em campo, telefonar para o presidente do governo, o primeiro-ministro deles, e cobrar atitudes sérias e duras, exigir punição para os agressores.

Até por seu papel no processo de expulsão da América Latina, ter dizimado populações nativas e estimulado a escravidão, a Espanha não pode deixar de enfrentar o racismo que os antepassados de seus atuais cidadãos ajudaram a criar — nas Américas, a escravidão teve cor.

Como outras potências coloniais, a Espanha lucrou muito com a ocupação de territórios alheios, com o ouro retirado deste lado do oceano. Não pode se omitir.

É preciso que o governo espanhol tenha, em relação aos não brancos, a mesma postura que, depois da Segunda Guerra e do Holocausto, a Alemanha adotou com os judeus. As últimas gerações alemãs não têm nada a ver com o nazismo, mas todos sabem o que foi feito por lá, e sabem que a tragédia não pode ter chance de se repetir.

O governo brasileiro tem que agir no caso Vinícius Júnior e no de outros jogadores vítimas do racismo com a mesma força que atuou para retirar compatriotas de Israel e Gaza. Não deve descartar nem mesmo eventuais retaliações econômicas. Neste ponto, todos podemos ajudar.

Muitos de nós paramos de consumir vinhos de determinadas vinícolas gaúchas quando explodiram os casos de trabalho escravo por lá. Uma rede de supermercados chegou a proibir a comercialização de produtos das tais empresas. Por que não diminuímos a compra do que é feito na Espanha e exportado para cá? Que tal evitarmos con-

sumir o que é oferecido por patrocinadores dos grandes times da La Liga? O que nos impede de cobrar uma posição ativa também dos muitos clubes e associações fundadas por imigrantes espanhóis que se espalham pelo país?

O que está em jogo não é apenas a honra e a dignidade do Vinícius e de outros jogadores brasileiros, mas as de todos nós. Isso precisa ficar claro não apenas com palavras, mas com gestos incisivos do governo e da sociedade civil.

É aquela história, não basta não ser racista, é preciso ser antirracista. É preciso criar um modelo de atuação que sirva de parâmetro para outros casos de brasileiros vítimas de qualquer tipo de preconceito. Vinícius e os outros atletas que atuam no exterior, contribuem com país, com o pagamento de impostos, com investimentos, com a simples menção que nasceram por aqui.

Eles nasceram num país que traficou escravizados, que também dizimou indígenas e que até hoje não pagou sua dívida com esses povos, mantém práticas racistas e excludentes. Combater o racismo na Espanha é também reconhecê-lo e atacá-lo por aqui.

## Alexandre Garcia

### O veto e o conflito

A Frente da Agropecuária decidiu derrubar os vetos do Presidente ao Projeto de Lei que regulamenta o marco temporal e trata de terras indígenas, A Frente tem votos para isso, mas o Supremo pode derrubar a derrubada do veto. O Presidente da República vetou a essência do projeto-de-lei aprovado pela Câmara e pelo Senado. O projeto reage à decisão do Supremo que considera inconstitucional parte do artigo 321 da Constituição. Os constituintes, eleitos pelo povo para fazer uma Constituição, trabalharam 20 meses e estabeleceram que "são reconhecidos aos índios...os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam". Como aprendemos no ensino básico, ocupam está no presente do indicativo, portanto, são as terras que ocupam no dia da promulgação da Constituição. Se quisessem diferente, os constituintes escreveriam "que tenham ocupado" ou "que vierem a ocupar". Chamou-se aquela data - 5/10/1988 - de marco temporal.

A intenção dos consti-

tuintes era de decidir conflitos de terra com base na situação naquela data, estabelecendo-se uma segurança jurídica e sua consequente paz no campo. Essa intenção foi derrubada pelo Supremo e reerguida pelo projeto-de-lei que foi vetado pelo presidente. O efeito agora é o oposto do pretendido pelos constituintes de 1988: insegurança fundiária e risco de conflitos por todo o país. Não aprendemos com o passado. Domingo fez 111 anos que começou a Guerra do Contestado, em Santa Catarina e Paraná. 8 mil brasileiros mortos. Causa: insegurança fundiária. Senadores, perguntem ao seu colega Esperidião Amin o que aconteceu por lá.

Para derrubar veto, é preciso maioria absoluta, isto é, metade mais um da Câmara (257 votos) e do Senado (41 votos). A Frente da Agropecuária conta com 303 deputados e 51 senadores, mas os perdedores podem recorrer ao Supremo. Em 2015, Dilma vetou a lei do comprovante impresso do voto, mas 368 deputados e 56 senadores - 71%

do Congresso - derrubaram o veto. No entanto, numa ação de inconstitucionalidade movida pela Procuradoria da República, o Supremo derrubou a decisão do Congresso reafirmada por 424 dos 594 congressistas. A Constituição põe o Legislativo em primeiro lugar, coerente com o fato de que o poder emana do povo, que o exerce por seus representantes. Agora o Congresso tem, de novo, votos para derrubar o veto. Mas já vimos o poder que emana do povo sendo anulado pelo Supremo.

Insegurança fundiária é insegurança social. A questão é delicadíssima. Sempre foi motivo de conflito. A Constituição estabeleceu a pacificação com um marco. Que eliminaria os motivos para agitação no campo. Agora, como se não bastassem os conflitos que agitam a Amazônia e o Rio de Janeiro, se recria a possibilidade de conflito fundiário, num país com terra abundante para todos. A racionalidade, a percepção do país real, deveriam se sobrepor às meações ideológicas. A irracionalidade aposta no conflito.